



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

04 de março 2015



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 04/03/2015
Assunto: ACTs		Página: 08

DIÁRIO CATARINENSE

GOVERNO NEGOCIA MAIS TEMPO PARA DEBATER NOVA REGRA DE TEMPORÁRIOS

GABRIEL ROSA E VÍCTOR PEREIRA
reportagem@diario.com.br

Praticamente ao mesmo tempo em que os professores votaram pelo indicativo de greve para 10 de março, o governo estadual sinalizou ontem estar disposto a adiar por um mês a tramitação da medida provisória 198, que fixa a remuneração básica do professor admitido em caráter temporário (ACTs).

De acordo com a Secretaria de Educação, a ideia é discutir possíveis alterações com representantes da categoria, para só depois o texto ir a discussão e votação na Assembleia Legislativa. O acordo seria anunciado na manhã de ontem, mas como a reunião na AL terminou em tumulto, o governo diz que a proposta agora depende de um recuo dos professores para ser colocada em prática.

– Nós indicamos que a negociação para os ajustes só ocorre com a categoria trabalhando. Houve acerto entre governo e AL, mas o pessoal não deixou nem a gente informar isso. Agora aguardamos um posicionamento oficial do sindicato – declarou o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, em entrevista coletiva à tarde.

O secretário também lamentou a confusão e foi categórico ao afirmar que, sem a MP, todo o novo plano de carreira do magistério fica inviabilizado. Ele considerou ainda que há um processo de desinformação sobre a proposta e que ela é necessária para garantir condições de equilíbrio entre ACTs e efetivos.

Hoje o Estado conta com 12 mil professores ACTs que têm contratos de, no máximo, 10 meses por ano. O número representa metade do total de trabalhadores da categoria em Santa Catarina.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Com indicativo de paralisação aprovado, dúvida agora é a data

Embora ao longo da tarde tenha sido citada a possibilidade de não haver estado de greve, os pelo menos 3 mil professores que se reuniram ontem em assembleia no Centro de Florianópolis descartaram o cenário antes mesmo da votação, escolhendo entre apenas duas opções: paralisar as atividades no dia 10 ou no dia 17 de março. A decisão é de que a paralisação pode começar no dia 10, após nova assembleia. O grupo ainda caminhou até a Secretaria de Estado da Educação (SED), encerrando o ato por volta das 18h.

Com os ânimos inflamados após a confusão da manhã na AL – quando uma multidão invadiu a sala de Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e acabou im-

pedindo a leitura da MP 198 –, os professores também decidiram por mais um ato na AL na próxima terça. A ideia é barrar a tramitação da medida, mas o cenário pode ser alterado com a promessa de que o governo irá segurar a votação por mais 30 dias.

Entretanto, segundo o coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino (Sinte-SC), Luiz Carlos Viera, nem mesmo a retirada imediata da MP tranquilizaria a categoria.

– A partir de agora, virou outro debate. Não é mais apenas sobre uma medida provisória específica. Mas a MP continua sendo o foco. Se o governo não retirá-la, vamos ter que acampar dentro da AL.

PONTOS DE CONFLITO

● **O que os professores alegam:**

contratação por hora-aula não remunera o tempo de preparação para o ensino

O que diz o governo: preparação é hora-atividade, que continua existindo. O ACT pode ser contratado por módulos de horas. A lógica é a seguinte: para contratar um módulo de 10 horas, é preciso 8 horas-aula, as outras duas são horas-atividade.

● **O que os professores alegam:**

o fim da regência de classe diminuirá os salários em até 25%

O que diz o governo: na nova carreira a proposta é que a regência seja incorporada ao vencimento e seria criado o "incentivo à sala de aula".

● **O que os professores alegam:**

divisão dentro da mesma categoria causa desmobilização

Governo: as categorias são diferentes e por isso o governo

Uma amostra do que virá

O governo estadual e a base aliada na Assembleia Legislativa tiveram ontem uma amostra das reações possíveis às reformas que o governador Raimundo Colombo (PSD) promete fazer na máquina administrativa. A reação sindical assustou a base governista: é corrente o discurso de que a economia gerada pela medida não compensa o desgaste, principalmente em um cenário já fervilhante pelas manifestações dos caminhoneiros. O secretário Eduardo Deschamps admite retardar a tramitação da MP, embora deputados peçam claramente a retirada do texto. É pouco provável, porque a MP está valendo enquanto tramita. Retirá-la significaria pagar o que foi economizado na recente contratação de ACTs. O governo vai reforçar o argumento de que sem a desvinculação dos temporários não será possível pagar a descompactação das tabelas salariais. Um discurso que pode rachar os professores e isolar o movimento sindical.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 04/03/2015
Assunto: Protestos		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

MAGISTÉRIO EM ESTADO DE GREVE

A assembleia estadual dos professores surpreendeu em número de participantes e em disposição de luta. Aconteceu na Praça Tancredo Neves debaixo de um sol forte e alta temperatura. Decisões tomadas: 1) Decretação de estado de greve até o dia 10 de março, quando haverá nova assembleia; 2) Rejeição à Medida Provisória 198, que transformou os ACTs em professores de segunda categoria; 3) Rejeição à incorporação da "regência de classe"; 4) Apresentação de uma proposta de nova tabela salarial pelo Sinte.

O secretário Eduardo Deschamps fez três comentários: 1) Repudiou os atos de violência ocorridos pela manhã na Comissão de Justiça da Assembleia; 2) O governo não admite retirar da Assembleia Legislativa a medida provisória dos ACTs; 3) Abre negociações com o Sinte sobre o plano de carreira.

A Diretoria do Sinte continua estudando a proposta da nova tabela salarial a ser enviada ainda hoje ao Ssecretário Eduardo Deschamps. O presidente Luiz Carlos Vieira garante que, em termos financeiros, é viável e está próxima do projeto oficial. Mantém a regência de classe e assegura aos ACTs os mesmos direitos da lei vigente.

Os professores exageraram nas pressões sobre os deputados na Assembleia, no momento em que o secretário Eduardo Deschamps já admitia travar a tramitação da MP 198. Partiram para a violência e isto é inaceitável para uma categoria que deve dar o exemplo. Mas demonstraram unidade política na assembleia estadual. Um anabolizante que foi introduzido pelo próprio governador Raimundo Colombo ao assinar a MP 198. Na véspera da viagem aos Estados Unidos e na semana do Carnaval.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



Após assembleia, os professores fizeram passeata em direção à Secretaria de Educação, na Capital.

OS CARTAZES

A maioria dos cartazes e faixas exibidos na passeata dos professores da rede estadual de ensino enfatizava: "Fora Deschamps" e "Basta Colombo". Um dos manifestantes conduzia uma grande folha de cartolina com a proclamação: "Colombo não é pai de santo, mas incorpora tudo".

Crítica à incorporação da regência de classe nos salários do magistério.

OS NÚMEROS

A diretoria do Sinte calculou que mais de 5 mil professores estiveram na assembleia estadual. Fez as contas: 80 ônibus com média de 40 passageiros, mais os professores da Grande Florianópolis. Na passeata, os animadores chegaram a mencionar 7 mil participantes. O secretário Eduardo Deschamps disse que lá estiveram 3 mil professores.

REFORÇO

O policiamento no prédio da Assembleia Legislativa foi reforçado no período da tarde após a assembleia estadual dos professores. Os militares lamentavam as ações violentas de alguns professores durante a reunião matutina da Comissão de Justiça. O cabo Gabardo foi agredido por professores, que atiraram sobre ele uma mesa maciça. O militar teve luxação por esmagamento, foi atendido e está fora de combate. Teve a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 04/03/2015
Assunto: Protestos		Página: 30

DIÁRIO CATARINENSE

BAGUNÇOU

Reação surpreendente de alguns professores que promoveram uma confusão na manhã de ontem na Assembleia Legislativa, para impedir que a Comissão de Constituição e Justiça apreciasse a medida provisória referente aos professores ACTs (temporários), que faz parte de um conjunto de iniciativas que buscam valorizar a descompactação da tabela de carreira do magistério.



Veículo: A Notícia

Editoria: Sua Vida

Data: 03/03/2015

Assunto: ACTs

Página: 16

A NOTÍCIA

Governo quer mais tempo para debater sobre regra

GABRIEL ROSA
VICTOR PEREIRA

Ao mesmo tempo em que os professores votaram pelo indicativo de greve para 10 de março, o governo estadual sinalizou ontem estar disposto a adiar por um mês a tramitação da medida provisória (MP) 198, que fixa a remuneração básica do professor admitido em caráter temporário (ACTs).

De acordo com a Secretaria de Educação, a ideia é discutir possíveis alterações com representantes da categoria, para só depois o texto ir para discussão e votação na Assembleia Legislativa (Alesc). O acordo seria anunciado na manhã de ontem, mas, como a reunião no Legislativo terminou em tumulto, o governo informou que a proposta agora depende de um recuo dos professores.

- Nós indicamos que a nego-

ciação para os ajustes só ocorre com a categoria trabalhando. Houve acordo entre governo e Alesc, mas o pessoal não deixou nem a gente informar isso", declarou o secretário de Educação, Eduardo Deschamps.

Secretário diz que projeto fica inviabilizado sem MP

O secretário também lamentou a confusão e disse que, sem a MP, todo o novo plano de carreira do magistério fica inviabilizado. Ele considerou que há um processo de desinformação sobre a proposta e que ela é necessária para garantir o equilíbrio entre temporários e efetivos.

O Estado conta com 12 mil ACTs que têm contratos de, no máximo, 10 meses por ano. O número representa metade do total de trabalhadores da categoria em Santa Catarina.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Com estado de greve aprovado, dúvida agora é apenas a data

Amostra do que virá

O governo estadual e a base aliada na Assembleia Legislativa tiveram ontem uma amostra das reações possíveis às reformas que o governador Raimundo Colombo (PSD) promete fazer na máquina administrativa. A reação sindical assustou a base governista: é corrente o discurso de que a economia gerada pela medida não compensa o desgaste, principalmente em um cenário já fervilhante pelas manifestações dos caminhoneiros. O secretário Eduardo Deschamps admite retardar a tramitação da MP, embora deputados peçam claramente a retirada do texto. É pouco provável, porque a MP está valendo enquanto tramita. Retirá-la significaria pagar o que foi economizado na recente contratação de ACTs. O governo vai reforçar o argumento de que sem a desvinculação dos temporários não será possível pagar a descompactação das tabelas salariais. Um discurso que pode rachar os professores e isolar o movimento sindical.

Embora ao longo da tarde tenha sido citada a possibilidade de não haver estado de greve, os pelo menos 3 mil professores que se reuniram ontem em assembleia no Centro de Florianópolis descartaram o cenário antes mesmo da votação, escolhendo entre duas opções: paralisar as atividades no dia 10 ou no dia 17 de março. A decisão é de que a paralisação pode começar no dia 10. Após o pleito, o grupo caminhou até a Secretaria de Estado da Educação (SED).

Com os ânimos inflamados após a confusão da manhã na Alesc — quando uma multidão invadiu a sala de Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e acabou impedindo a leitura da MP 198 —, os professores tam-

bém decidiram por unanimidade por mais um ato na Assembleia na próxima terça-feira. A ideia é voltar a barrar a tramitação da medida, mas o cenário pode ser alterado com a promessa de que o governo irá segurar a votação por 30 dias.

Segundo o coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino (Sinte-SC), Luiz Carlos Viera, entretanto, nem mesmo a retirada imediata da medida provisória tranquilizaria a categoria.

— A partir de agora, virou outro debate. Não é mais apenas sobre uma medida provisória específica. Mas a MP continua sendo o foco. Se o governo não retirá-la, vamos ter que acampar na Alesc.

CONFLITOS

! O que os professores

alegam: contratação por hora-aula não remunera o tempo de preparação para o ensino

! O que diz o governo:

preparação é hora-atividade, que continua existindo. O ACT pode ser contratado por módulos de horas. A lógica é a seguinte: para contratar um módulo de 10 horas, é preciso 8 horas-aula; as outras duas são horas-atividade

! O que os professores

alegam: o fim da regência de classe diminuirá os salários

! O que diz o governo:

na nova carreira a proposta é que a regência seja incorporada ao vencimento e seria criado o "incentivo à sala de aula"

! O que os professores

alegam: divisão dentro da mesma categoria causa desmobilização

! O que diz o governo: as



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Cidade	Data: 04/03/2015
Assunto: EEB Dr. Paulo Medeiros		Página: 08

A NOTÍCIA

Alunos pedem agilidade em obra

Os alunos da Escola Estadual Dr. Paulo Medeiros, no bairro Adhemar Garcia, em Joinville, fizeram uma manifestação na manhã de ontem para pedir mais agilidade na reforma de três salas de aula atingidas por um incêndio no dia 25 de janeiro. Desde então, as turmas dos terceiros anos assistem às aulas em um auditório e numa sala de artes. Segundo o presidente do grêmio estudantil da escola, Rafael Corrêa, as salas improvisadas estão superlotadas no período matutino.

A manifestação iniciou na frente da escola e terminou uma hora depois na avenida Alvaro Hansen. A Secretária de Desenvolvimento Regional disse que recebeu R\$ 252 mil do Estado para reformar a escola atingida pelo incêndio. A verba será utilizada nas três salas danificadas, fazer melhorias na rede elétrica, pintura de paredes pichadas, compra de oito ventiladores furtados e reposição dos vidros quebrados. As obras devem começar em uma semana.



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Geral

Data: 04/03/2015

Assunto: ACTs

Página: 19

Notícias do Dia

PROFESSORES ADIAM PARALISAÇÃO

VIVIANE DE GÊNOVA

viviane.genova@noticiasdodia.com.br

@ND_Online

Os professores da rede pública estadual descartaram em assembleia a paralisação imediata e confirmaram o estado de greve. Vão esperar pela rodada de negociações com o governo do Estado, marcada para o dia 10. Pela manhã, manifestantes conseguiram impedir na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa a votação da Medida Provisória 198, que trata do plano de carreira do magistério e fixa a remuneração do professor ACT (Admitido em Caráter Temporário). O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, que foi explicar a MP aos deputados, precisou sair escoltado por policiais.

Convocados pelo Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), centenas de servidores compareceram à assembleia na Praça Tancredo Neves para discutir a proposta do governo. Os pontos mais questionados são a desvinculação dos ACTs da tabela de carreira e a incorporação das regências de classe ao salário. "A MP representa uma retirada nos direitos e não vamos aceitar isso. Queremos a reformulação do plano de cargos da categoria. Pedimos melhorias no salário, e não apenas bônus. Esse para o professor na sala de aula. Discrimina os que não puderem dar aulas", argumenta o diretor do Sinte de Florianópolis, Sandro Cifuentes.

Para o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, o motivo dos protestos seria uma desinformação sobre as mudanças propostas. "Acredito que um grupo de pessoas mais radicais está impedindo a votação da MP que, como o próprio nome diz, é provisória e pode ser alterada. Mas o sindicato até agora não nos apresentou nenhum pedido formal sobre o que quer que mude. Estamos aguardando", diz.

De acordo com ele, em nenhum momento a Educação propôs reduzir algum benefício, apenas incorporou o que já era de direito dos professores e criou uma outra gratificação. Ele descarta ainda uma possível retirada da votação da MP, pois isso remeteria todo o plano de carreira de volta à estaca zero. "Estamos abertos a negociações, mas repudiamos qualquer ato de violência como o que aconteceu na Assembleia. Eventuais ajustes só serão feitos com a categoria trabalhando, e não em greve", anuncia.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIVERGÊNCIAS

Conheça os dois principais pontos

	Governo	Sindicato
ACTs	Propôs a desvinculação do professor (Admitido em Caráter Temporário) da tabela de carreira com valor a ser fixado anualmente. Além dos módulos de hora (tempo fechado, já aplicado na rede estadual), poderão ser contratados apenas por hora-aula.	Acredita que a desvinculação do ACT cria duas categorias distintas de professor. Não quer a diferenciação de salário entre os efetivos e os temporários e pede a garantia da gratificação de dedicação exclusiva, com 1/3 destinada à hora-atividade.
Gratificações	A nova proposta incorporou a regência de classe e/ou a gratificação de desempenho por atividade especial ao salário do professor e criou uma nova gratificação, o incentivo sala de aula, para aqueles que atuam diretamente com os alunos.	Quer a garantia das gratificações separadas do salário. Atesta que, com a incorporação, não há aumento, mas sim uma ilusão de melhorias e até mesmo perda de direitos.



MARCO SANTILAGO/ND

Enfrentamento. Houve tensão na Assembleia Legislativa



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Roberto Azevedo

Data: 04/03/2015

Assunto: Brasília

Página: 02

Notícias do Dia

Colombo: a agenda dividida

O governador Raimundo Colombo encontra-se hoje, em Brasília, com o secretário-geral da Presidência, Miguel Rosseto para tratar de questões relativas à paralisação dos caminhoneiros, iniciada no Estado e que já provocou perdas econômicas significativas, não só aos profissionais que pararam as rodovias federais, como também à economia de Santa Catarina. O relato virá em forma de apelo, pois os motoristas de caminhão catarinenses representam uma das forças da categoria no país. Muitos deles foram atraídos pelo crédito fácil e a juros menores do BNDES e adquiriram o tão sonhado veículo para se tornarem autônomos, mas isso virou um problema de inadimplência.

Se este fosse o único problema a ser solucionado pelo governador, seria mais fácil. A realidade, no entanto, está bem mais apimentada, e pode ser representada com a reação de professores e militantes à reunião da Comissão de Constituição e Justiça no Legislativo, tumultuada e que culminou com a assembleia da categoria. As aulas estão mantidas até terça-feira

da semana que vem, quando voltará a debater a MP que modifica a remuneração salarial dos ACTs (Admitidos em Caráter Temporário).

A questão é polêmica. O governo justifica que não há como garantir vantagens aos ACTs, que os iguala aos efetivos, e pretende com a medida redefinir condição melhor para os professores com mais tempo de serviço e titulações (pós-graduação, mestrado e doutorado), justo os que o Sinte considerava que perderam com os reajustes salariais anteriores. A equação terá que ser resolvida com diálogo, e não no grito, lição que serve para todos os envolvidos no processo, mesmo os deputados do PT que pedem a retirada da MP.

E para Colombo, que inaugurou com um almoço com os quatro deputados tucanos, ontem, a conversa com as bancadas na Assembleia para convencer sobre as medidas contidas na reforma administrativa, fica a lição: o clima não é bom entre os parlamentares, que deveriam pensar mais em ajustes do que em cargos para ocupar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 04/03/2015
Assunto: Protestos		Página: 02

Notícias do Dia

Episódio lamentável

Se a intenção de militantes do Sinte era causar confronto e dar um ar de convulsão a reunião da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, o objetivo questionável foi garantido sem, contudo, dar qualquer ponto positivo à causa dos professores contratados em caráter temporário a não ser adiar a tramitação. Pressionaram o secretário Eduardo Deschamps (Educação) e o líder do governo, Silvio Dreveck (PP), ao saírem da CCJ, com empurrões e cutucões. Agrediram a jornalista Edinéia Rauta com puxões de cabelos e arranhões e o jornalista Rafael Wiethorn com uma gravata. Seriam professores os incentivadores da baderna, pessoas que têm a obrigação de formar cidadãos, ou gente que quer dar uma cor de Assembleia Legislativa do Paraná, invadida por manifestantes em um Estado onde os salários dos educadores estão atrasados há meses, e que viu a oportunidade de agir como vândalos por aqui.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Ponto Final	Data: 04/03/2015
Assunto: ACTs		Página: 25

Notícias do Dia

Questão do magistério exige cautela das partes

Impressionante o poder de mobilização dos professores de Santa Catarina. Ontem, em questão de horas, reuniram-se milhares de mestres em Florianópolis. Centenas deles invadiram a Assembleia Legislativa, causando uma grande confusão no período da manhã. Os deputados e funcionários ficaram impressionados com a truculência de alguns grupos e repudiaram o recurso à violência, que realmente é injustificável. O caminho para a solução desse tipo de conflito – que envolve uma mudança na relação do governo com os professores ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) – só pode ser o diálogo, não apenas com os parlamentares, mas com as autoridades da Secretaria de Estado da Educação. A medida, que está causando revolta generalizada e a deflagração do chamado “estado de greve”, causa apreensão por causa das graves consequências sociais que serão geradas. Há outros itens em pauta, mas os dois lados, autoridades e professores, precisam agir com cautela para não prejudicar a imensa população estudantil do Estado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 04/03/2015
Assunto: Protestos		Página: 27

Notícias do Dia

Quanto pior, melhor?

De repente, essa é a estratégia adotada por professores, se dá para chamá-los assim, que ontem tomaram a Assembleia Legislativa, não para impor seus argumentos, desconstruindo as propostas do governo do Estado, mas para ameaçar, agredir, ou seja, promover uma verdadeira bandalheira, típica daqueles que só convencem na força. Cenas inaceitáveis para quem é contratado para levar cultura e educação aos alunos. Por mais indignados e insatisfeitos com a situação em que se encontram, sentindo-se desprestigiados, havia clima de diálogo por parte do governo, no qual a proposta de ajustes já tinha sido costurada no dia anterior, buscando aperfeiçoamentos, mas prevaleceu a estupidez. Retirar a medida provisória e inviabilizar a nova carreira. Não é esse o caminho adequado, longe disso, para conquistar direitos e benefícios. Perdem todos, enxovalhando, inclusive, a imagem de dignidade do mestre com carinho, que com todas as agruras transforma as salas de aula em um aquário diário de sabedoria e do conhecimento. Tudo indica que o governo, nesses dias, trabalhara um melhor entendimento do que está sendo proposto, pois a falta de conhecimento abre espaço para os que apostam no quanto pior melhor. Até porque quero acreditar que quem estava na Assembleia promovendo uma espécie de teatro da discórdia não era professor, que merece sim um tratamento adequado e compatível com a sua importância. Repúdio total a esse comportamento descabido...

MP 198

Da tribuna, o deputado Neodi Saretta, do PT, considerou que a medida provisória altera a remuneração de 20 mil ACTs, diminuindo o salário e dividindo o magisterio. Saretta, que é autor da emenda que aumenta de 25% para 30% o percentual de investimentos na educação, defende o diálogo com os professores, pois há dificuldade de aprovar essa MP do jeito que está.

Desabafo

"O que aconteceu na reunião da Comissão de Constituição e Justiça foi lamentável. Aqui ninguém ganha no grito, nem na porrada", deixou bem claro o deputado Darci de Mattos, fazendo eco em vários gabinetes de parlamentares, que ficaram indignados com o comportamento de alguns ditos professores...



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 04/03/2015
Assunto: HPV	Página: Online	

EM JORNAL CARIÓTIPO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Ministério pretende retomar parceria com escolas para vacina do HPV

Sem conseguir atingir a meta da segunda etapa de vacinação contra o HPV, o Ministério da Saúde pretende retomar a parceria com escolas em nova campanha nacional, segundo a Folha apurou.

Inicialmente, o governo esperava vacinar 80% das adolescentes de 11 a 13 anos até dezembro. No entanto, até esta terça (3), apenas 58% das meninas dessa faixa etária haviam tomado a segunda dose da vacina, que protege contra câncer de colo de útero.

Na primeira etapa, quando houve parceria com as escolas, 100% das meninas foram imunizadas.

O ideal, para a vacina ser mais eficaz, é que a segunda dose da vacina seja ministrada em até seis meses após a primeira –especialistas recomendam que o prazo máximo não ultrapasse um ano.

Em alguns municípios, como São Paulo, a parceria com escolas já está confirmada. O agendamento começa no dia 10. Agora, o governo quer estender a medida, por meio do Ministério da Educação, para escolas de todo o país.

O objetivo é proteger as meninas contra o câncer de colo de útero, uma das principais causas de morte por câncer em mulheres no Brasil.

De acordo com Carla Domingues, coordenadora do Programa Nacional de Imunizações, para garantir a redução da circulação do vírus e a vacina ser eficaz, é necessário que todas as doses sejam ministradas. "Precisamos garantir que as meninas que começaram o esquema vacinal terminem", afirma.

O Ministério da Saúde não comentou os motivos da baixa cobertura vacinal na segunda etapa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A campanha nacional de vacinação contra o HPV deve ser lançada na próxima semana. Além das meninas de 11 a 13 anos que ainda não receberam a segunda dose, serão ofertadas vacinas para garotas de 9 e 11 anos.

Outra novidade será a extensão da vacina para 33 mil meninas e mulheres no país de 9 a 26 anos com HIV/Aids.

Esse grupo é considerado mais suscetível a complicações decorrentes do HPV.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 04/03/2015
Assunto: Pronatec		Página: Online

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - N.º 1 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Com problema no Orçamento, Dilma adia início das aulas do Pronatec

Depois de atrasar pagamentos de mensalidades, o governo federal decidiu adiar em mais de um mês o início das aulas de novas turmas do Pronatec - programa que oferece cursos técnicos gratuitos, custeados pela União.

Na terça-feira (3), o Ministério da Educação informou que a previsão para o início das aulas passaria do dia 7 de maio para 17 de junho.

Ainda na terça, as instituições de ensino saberiam quantas vagas teriam a oferecer no Pronatec. O anúncio foi postergado para 13 de abril.

Para a Abmes (associação que representa instituições privadas de ensino), o adiamento das aulas indica que haverá redução de vagas oferecidas neste ano no Pronatec - uma das principais bandeiras eleitorais da presidente Dilma Rousseff (PT).

Tradicionalmente, são abertas duas turmas por ano no programa. "Se as aulas do primeiro semestre começarão em junho, é improvável que haja uma segunda chamada", disse o diretor executivo da entidade, Sólton Caldas.

Segundo o setor, em cada semestre cerca de 200 mil estudantes começam a estudar por meio do Pronatec.

Diretores de escola afirmam que membros do governo alegam que tem faltado recursos para o programa.

Em nota, o Ministério da Educação afirmou que "está finalizando a pactuação de vagas com os ofertantes e em breve divulgará mais informações". Disse ainda que aguarda a aprovação no Congresso do Orçamento 2015.

DIFICULDADES

Desde o fim do ano passado, há dificuldades orçamentárias no programa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O governo chegou a atrasar as mensalidades de três meses, que deveriam ser repassadas às instituições privadas que oferecem as vagas.

Após a Folha divulgar o problema, o Ministério da Educação afirmou que havia quitado a dívida. O pagamento, porém, se referia apenas a uma das parcelas atrasadas.

Segundo representantes de escolas, a previsão agora é que os pagamentos sejam quitados apenas em abril.

SÃO PAULO

Escolas que oferecem cursos técnicos em São Paulo enfrentam dificuldade adicional. Programa semelhante ao Pronatec da gestão Geraldo Alckmin (PSDB) reduziu à metade o número de vagas oferecidas neste semestre.

Além disso, dirigentes de instituições afirmam que as aulas deveriam ter começado em fevereiro, mas até agora o governo não autorizou o começo das atividades.

O site oficial do programa diz que o ano letivo começaria em 2 de fevereiro. A Secretaria Estadual de Educação afirmou que a informação está errada e que, desde o início do processo, as aulas estavam previstas para começarem em março.

Sobre o corte de vagas, a pasta diz que outras chamadas podem ocorrer ainda durante este ano.

Como o governo Dilma, a gestão Alckmin tem anunciado redução de gastos para este ano, devido ao desaquecimento da economia e queda na arrecadação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 04/03/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



Assembleia dos professores rejeita MP dos ACTs e aprova estado de greve

A assembleia estadual dos professores, que terminou há pouco na Praça Tancredo Neves, decidiu pela rejeição da Medida Provisória dos ACTs e pela decretação de Estado de Greve. Isso significa que a categoria pode entrar em greve a qualquer momento. O Sinte vai enviar contraproposta ao plano de carreira do Magistério e a nova tabela para negociação com o governo estadual.

::: Professores fazem passeata em direção à Secretaria da Educação

Uma nova assembleia foi marcada para o dia 10 de março. Parte dos professores desejava que fosse no dia 17 de março.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 04/03/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



Professores fazem passeata em direção à Secretaria da Educação

Cerca de 7 mil professores, segundo o Sinte, e mais de 10 mil, de acordo com os oradores que conduziram a passeata, realizam manifestação neste momento, a partir da Praça Tancredo Neves, em direção ao prédio da Secretaria da Educação.

::: Assembleia dos professores rejeita MP e aprova Estado de Greve

O policiamento foi reforçado na entrada da Assembleia Legislativa, em função dos graves incidentes da manhã de hoje. Professores atiraram uma mesa de madeira maciça sobre o cabo Gabardo, que teve de ser atendido no hospital. Ele teve o pé quebrado e está engessado.

A passeata dos professores segue neste momento para a Secretaria da Educação com múltiplas palavras de ordem.

Uma delas: "ACT não é brincadeira. Ele faz parte do plano de carreira". Os professores, com vozes fortes, repetiram a a manifestação várias vezes. Cartazes exibiam "Fora Deschamps" e faixas com "Basta Colombo".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 04/03/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



Professores: "MP dos ACTs foi facada nas costas"

A assembleia estadual dos professores surpreendeu em número de participantes e em disposição de luta. Aconteceu na Praça Tancredo Neves debaixo de um sol forte e alta temperatura. Decisões tomadas: 1. Decretação de estado de greve até o dia 10 de março, quando haverá nova assembleia; 2. Rejeição à Medida Provisória 198, que transformou os ACTs em professores de segunda categoria; 3. Rejeição à incorporação da "regência de classe" ; 4. Apresentação de uma proposta de nova tabela salarial pelo Sinte.

O secretário Eduardo Deschamps fez três comentários: 1. Repudiou os atos de violência ocorridos pela manhã na Comissão de Justiça da Assembleia; 2. O governo não admite retirar da Assembleia Legislativa a medida provisória dos ACTs; 3. Abre negociações com o Sinte sobre o plano de carreira.

A Diretoria do Sinte continua estudando a proposta da nova tabela salarial a ser enviada ainda hoje ao Secretário Eduardo Deschamps. O presidente Luiz Carlos Vieira garante que, em termos financeiros, é viável e está próxima do projeto oficial. Mantém a regência de classe e assegura aos ACTs os mesmos direitos da lei vigente.

Os professores exageraram nas pressões sobre os deputados na Assembleia, no momento em que o secretário Eduardo Deschamps já admitia travar a tramitação da MP 198. Partiram para a violência e isto é inaceitável para uma categoria que deve dar o exemplo. Mas demonstraram unidade política na assembleia estadual. Um anabolizante que foi introduzido pelo próprio governador Raimundo Colombo ao assinar a MP 198. Na véspera da viagem aos Estados Unidos e na semana do Carnaval.

Os professores receberam a MP 198 como uma facada nas costas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 04/03/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



As críticas à incorporação da regência de classe

A maioria dos cartazes e faixas exibidos na passeata dos professores da rede estadual de ensino enfatizava: "Fora Deschamps" e "Basta Colombo". Um dos manifestantes conduzia uma grande folha de cartolina com a proclamação: "Colombo não é pai de santo, mas incorpora tudo".

Crítica à incorporação da regência de classe nos salários do magistério.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 04/03/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



SANTA CATARINA



Secretário de Educação de SC repudia confusão na Alesc

*Para ele, participantes 'não representam os professores de Santa Catarina'.
Em assembleia nesta terça, docentes decidiram por indicativo de greve.*

Em coletiva de imprensa na tarde desta terça-feira (3) em Florianópolis, o secretário de Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps (sem partido), afirmou que os envolvidos na confusão ocorrida na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) "não representam os professores de Santa Catarina".

Sobre uma possível greve dos docentes, ele afirmou que ainda não recebeu as propostas do sindicato e que a Secretaria sempre esteve "à disposição para o diálogo".

Professores ocuparam a Alesc na manhã desta terça em Florianópolis e houve confusão e invasão nos corredores do local. Nesta terça, ocorreria a votação da medida provisória que muda a forma de remuneração de professores temporários no estado. A proposta foi tirada de pauta na sessão, pelo conflito.

"Para mim, foi um ato de selvageria", disse. "Os professores de Santa Catarina sempre trabalharam com muita educação. O próprio debate que nós realizamos sempre foi feito com o maior alto índice de respeito", completou.

Medida provisória

"A retirada da medida provisória vai inviabilizar todo o trabalho que nós estamos fazendo de descompatização da tabela do magistério", defendeu o secretário, dizendo que realizou na segunda (2) uma reunião com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte) sobre o assunto.

"Algumas pessoas com más intenções têm utilizado de um processo de desinformação", afirmou Deschamps.

Segundo a Secretaria de Educação, em reunião com o Sinte na segunda, foi acordado que a medida provisória seria admitida na Alesc, mas não seria votada por 30 dias.

Esse período seria usado para negociações entre Secretaria e sindicato sobre a carreira do magistrado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 04/03/2015
Assunto: Greve		Página: Online



SANTA CATARINA



Em votação, professores de SC aprovam indicativo de greve

*Categoria enviará proposta de reajuste ao plano do magistério ao governo.
Caso não haja negociação até dia 10, docentes devem entrar em greve.*

Em votação na tarde desta terça-feira (3), os professores estaduais de Santa Catarina decidiram por um indicativo de greve. Eles enviarão proposta ao governo e, caso não haja negociação, começarão a paralisação a partir do dia 10 de março.

Mais de 5 mil professores participaram da assembleia em Florianópolis, vindos de todas as áreas do estado. Segundo a secretária da região Macro-Oeste do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte), Alvet Bedin, cerca de 99% dos docentes presentes votaram pelo indicativo de greve.

Na quarta (4), o documento com as propostas dos professores deve ser encaminhado à Secretaria de Estado da Educação. Conforme Bedin, a categoria está aberta a negociações.

A votação começou por volta das 14h e terminou perto das 16h40. Após a assembleia, os docentes iniciaram um ato, em que caminharão da praça Tancredo Neves, em frente à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) até a Secretaria de Estado da Educação, no Centro da capital.

Proposta dos professores

Entre as propostas do sindicato, estão seis níveis de carreira, com diferenças salariais entre eles, jornada integral de 40 horas/aula, dois cargos para o magistério catarinense, sendo um professor e ou outro administrativo e garantia de licença remunerada para mestrado e doutorado

Confusão na Alesc

Professores ocuparam a Alesc na manhã desta terça e houve confusão e invasão nos corredores do local. Nesta terça ocorreria a votação da medida provisória que muda a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

forma de remuneração de professores temporários no estado. A proposta foi tirada de pauta na sessão, pelo conflito.

Antes da sessão começar, o hall da Assembleia já estava lotado. Muitos professores de várias regiões do estado foram acompanhar os debates. Por conta da quantidade de pessoas, um cordão de isolamento foi feito próximo a sala das comissões.

Alguns professores tentaram passar dessa área isolada e houve confusão (veja vídeo acima). Os manifestantes pediram que a medida provisória não fosse aceita.

O assunto foi retirado de pauta e o secretário de Educação do estado, Eduardo Deschamps, precisou sair da sala de reuniões com auxílio de seguranças.

Medida provisória

A medida provisória 198/2015 "fixa os salários dos profissionais contratados em regime temporário pela rede pública estadual de ensino", segundo a Alesc. Ela tem como objetivo adequar as remunerações à Lei do Piso Nacional do Magistério. "Para isso, os vencimentos dos professores temporários serão compostos pela soma do vencimento, mais a hora-atividade, mais o incentivo à produtividade em sala de aula", informou a assessoria de comunicação da Assembleia.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação, apenas os contratados após a aprovação da MP serão atingidos pelas mudanças. Conforme a categoria, a decisão fragmenta a carreira. Além disso, eles alegam que não respeita a lei nacional.

"E discrimina os ACTs ao transformar os professores contratados em módulos de 10, 20, 30 ou 40 horas em profissionais horistas", defende o coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC), Luiz Carlos Vieira.

"Os professores são uma única categoria. Todos têm que ter o mesmo vencimento, o mesmo tratamento, e isso só será possível se os professores temporários tiverem oportunidade de um concurso público para sua efetivação. Não dá para tratar os professores de forma diferenciada", concluiu o coordenador do Sinte durante o protesto, na manhã desta terça.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Possibilidade de greve

Em relação ao indicativo de greve decidido em assembleia dos professores na tarde desta terça, o secretário disse que "primeiro eu preciso receber oficialmente do Sinte a manifestação deles sobre o prazo e o resultado da assembleia que foi realizada".

"A Secretaria de Educação desde o início desse processo tem sempre se colocado à disposição para o diálogo", completou.

Assembleia dos professores

Em votação na tarde desta terça, os professores estaduais de Santa Catarina decidiram por um indicativo de greve. Eles enviarão proposta ao governo e, caso não haja negociação, começarão a paralisação a partir do dia 10 de março.

Entre as propostas do sindicato, estão seis níveis de carreira, com diferenças salariais entre eles, jornada integral de 40 horas/aula, dois cargos para o magistério catarinense, sendo um professor e ou outro administrativo e garantia de licença remunerada para mestrado e doutorado.